

Direitos Humanos

Mil violações de direitos humanos registrados nos 45 primeiros dias do ano

Apesar da redução de denúncias feitas, agressões com condutas excessivas aumentaram



Foto: Pixabay

Daniel Xavier – estagiário

Petrópolis contabiliza 1.045 violações de direitos humanos nos 45 primeiros dias deste ano. O número implica em um crescimento de 8,5% no volume de casos registrados, quando comparado com o mesmo recorte de tempo do ano passado (que conta com 963 infrações). Os dados são do painel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Com relação às denúncias feitas, houve um fenômeno contrário: entre 1º de janeiro e 14 de fevereiro de 2024, foram 164 contatos realizados ao órgão por residentes do município, a partir do Disque 100. No mesmo período de 2023, foram 199 (diferença de 17%).

Cabe ressaltar que cada denúncia pode conter diversos relatos de violações. E, o que os dados da ONDH apontam é de que o número de casos pode ter tido um pequeno recuo, porém, as violências estão se tornando mais intensas.

Ainda segundo o painel da Ouvidoria, a maior parte das violências neste ano no município são contra a mulher (306 violações constatadas por meio de 52 denúncias feitas). Depois, aparecem as crianças e adolescentes como as principais vítimas (47 contatos que denunciaram 283 práticas abusivas contra os menores). Em terceiro, estão as pessoas idosas, com 58 registros e 338 violações averiguadas.

A ONDH ainda catalogou 75 violações contra pessoas com deficiência; 23 para com cidadão, família ou comunidade; 12 contra pessoas em situação de rua; e oito contra pessoas LGBTQIA+.

Garantia de dignidade

Carla de Carvalho, coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis, pontuou em entrevista anterior ao Diário que os direitos humanos estabelecem garantias de que todos tenham acesso à dignidade, à liberdade e à vida – algo intrínseco a todo ser humano.

“Garantir que todas as pessoas tenham dignidade, direito a saúde, e que não sofram qualquer prática de tortura. Estes são objetivos dos direitos humanos e da declaração universal deles. Se uma pessoa que está em restrição de liberdade sofre de uma doença crônica e o Estado não paga o tratamento, isso é uma violação desses direitos. Porque eles são para todas as pessoas. São inegociáveis e universais, resguardados, inclusive, pela Constituição, e que não privilegiam determinados cidadãos ou classe”, explicou.

“Nós precisamos parar para pensar, julgar menos e agir mais. A nossa sociedade é extremamente hipócrita. As pessoas não querem entender direitos humanos porque se acham superiores. O que está faltando na gente hoje em dia é amor. Empatia. Solidariedade. E esse é o objetivo das instituições de defesa dos direitos humanos, garantir que eles sejam respeitados”, declarou.